

Universidade Federal Fluminense
 Disciplina: Direito Financeiro e Tributário II
 Professor: Rodrigo Lourega
 Aluno(a): _____

P2 - 2025.1

Instruções - Prova Objetiva:

- Este caderno contém 14 (quatorze) questões, com 4 ou 5 alternativas cada uma.
- Cada questão contém somente UMA ALTERNATIVA CORRETA.
- Atribui-se a cada questão o valor de 0,5 ponto, totalizando 7,0 pontos.
- O QUADRO DEFINITIVO DE RESPOSTAS deverá ser preenchido de caneta AZUL ou PRETA.

| Alternativa/ Questão | A | B | C | D | E |
|-------------------------|---|---|---|---|---|
| 1 | | | | | |
| 2 | | | | | |
| 3 | | | | | |
| 4 | | | | | |
| 5 | | | | | |
| 6 | | | | | |
| 7 | | | | | |
| 8 | | | | | |
| 9 | | | | | |
| 10 | | | | | |
| 11 | | | | | |
| 12 | | | | | |
| 13 | | | | | |
| 14 | | | | | |

1) (CEPRASPE - 2025 - SEFAZ-RJ - Auditor Fiscal da Receita Estadual) Com base no que prevê o Código Tributário Nacional, é correto afirmar que os tratados internacionais sobre matéria tributária que tenham sido devidamente internalizados:

- são normas complementares à legislação tributária.
- não são cogentes.
- modificam a legislação tributária interna.
- são válidos se compatíveis com a legislação tributária interna.
- não são oponíveis ao fisco.

2) (IDCAP - 2024 - Prefeitura de Ibirataia - Fiscal de Tributos - Adaptada) Acerca da denúncia espontânea, prevista no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- A denúncia espontânea dispensa o pagamento de juros de mora.
- A denúncia espontânea, quando presentes seus requisitos, exclui a responsabilidade pela infração.
- Considera-se espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo relacionado com a infração.
- Considera-se espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer medida de fiscalização relacionada com a infração, desde que seja feito o pagamento integral do tributo devido.
- A denúncia espontânea dispensa o pagamento das multas moratórias, mas não das multas punitivas.

3) (CEBRASPE - 2025 - SEFAZ-RJ - Auditor Fiscal da Receita Estadual) São modalidades de suspensão do crédito tributário:

- o depósito do seu montante integral, a dação em pagamento em bens imóveis e a moratória.
- a remissão, a dação em pagamento em bens imóveis e o parcelamento.
- o depósito do seu montante integral, a transação e a remissão.
- a moratória, o parcelamento e a dação em pagamento em bens imóveis.
- o depósito do seu montante integral, a moratória e o parcelamento.

4) (CEBRASPE - 2025 - PC-CE - Delegado de Polícia Civil - Adaptada) Em relação aos sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária, julgue os itens seguintes, de acordo com o CTN.

I - As convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, podem ser opostas à Fazenda Pública para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

II - A pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou de penalidade pecuniária é denominada sujeito passivo da obrigação principal.

III - Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

5) (FAFIPA - 2025 - PGM-Araucária - Procurador do Município - Adaptada) Com base no Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966), acerca da responsabilidade dos sucessores no Direito Tributário, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Os herdeiros e legatários respondem, ilimitadamente, pelos tributos devidos pelo falecido, independentemente do valor do patrimônio transmitido.
- b) O adquirente de um imóvel responde, em qualquer hipótese, pelos créditos tributários relativos ao referido bem, inclusive pelos constituídos antes da aquisição.
- c) O espólio não responde pelos tributos devidos pelo falecido, devendo tais débitos ser extintos com a morte do contribuinte.
- d) Na hipótese de falência, o sócio responde pessoalmente pelos tributos da sociedade, ainda que não tenha

agido com excesso de poderes ou infração à lei, contrato social ou estatutos.

- e) Os tributos devidos por empresas incorporadas são de responsabilidade da incorporadora, que sucede nos direitos e obrigações da empresa extinta.

6) (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-TO - Defensor Público Substituto) Em conformidade com o Código Tributário Nacional e as normas de direito civil aplicáveis, assinale a opção correta, relativa à capacidade tributária passiva.

- a) A capacidade tributária passiva de pessoas jurídicas depende de que elas estejam regularmente constituídas.
- b) A capacidade tributária passiva de pessoas naturais depende da sua capacidade civil.
- c) A capacidade tributária passiva de pessoas jurídicas depende de que elas configurem uma unidade econômica ou profissional.
- d) A capacidade tributária passiva de pessoas naturais depende de que elas estejam sujeitas a medidas que importem privação do exercício de atividades civis.
- e) A capacidade tributária passiva de pessoas naturais depende de que elas estejam sujeitas a medidas que importem limitação ao exercício de atividades profissionais.

7) (FUNDATEC - 2025 - DPE-SC - Defensor Público - Adaptada) Segundo o Código Tributário Nacional (CTN), é correto afirmar que:

- a) A isenção sempre decorre de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.
- b) A anistia possui apenas o caráter geral e é efetivada por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.
- c) A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, não podendo ser deferida a contribuinte de direito que tiver transferido o respectivo encargo financeiro, ainda quando expressamente autorizado pelo contribuinte de fato a recebê-la.
- d) Prescreve em 3 anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição de indébito tributário.
- e) A certidão positiva com efeito de negativa não pode ser utilizada para a comprovação da regularidade fiscal do sujeito passivo.

8) (IDECAN - 2021 - Prefeitura de Campina Grande - PB - Fiscal de Tributos Municipais - Adaptada) No campo da interpretação e da integração da legislação tributária é possível afirmar que:

- a) os princípios gerais de direito tributário sempre prevalecem sobre a analogia.
- b) os princípios gerais de direito não têm relevância para o direito tributário.
- c) o emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
- d) a analogia nunca prevalece sobre os princípios gerais de direito público.

e) o Código Tributário Nacional não estabelece uma ordem de aplicação das técnicas de integração.

9) (FCC - 2017 - TJ-SC - Juiz Substituto - Adaptada) Tendo em conta as normas gerais de Direito Tributário, é INCORRETO afirmar:

- a) A transação tributária é modalidade de extinção do crédito tributário.
- b) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou de penalidade pecuniária, extinguindo-se com o crédito dela decorrente.
- c) O lançamento por homologação não admite homologação tácita.
- d) A denúncia espontânea acompanhada, quando o caso, de pagamento do tributo devido com consectários cabíveis exclui a responsabilidade pelo pagamento da penalidade.
- e) O parcelamento suspende a exigibilidade do crédito tributário.

10) (MOVENS - 2009 - PC-PA - Delegado de Polícia - ADAPTADA) A evasão tributária e a elisão tributária são institutos de direito tributário. A respeito das infrações à ordem tributária, assinale a opção correta.

- a) A elisão é identificada por grande parte dos doutrinadores com o planejamento tributário.
- b) A evasão tributária para a maior parte dos doutrinadores é mecanismo lícito.
- c) A sonegação, a fraude e o não cumprimento de obrigações acessórias são considerados crimes contra a ordem tributária.
- d) Em regra, e para a maioria dos doutrinadores, a elisão tributária configura ilícito tributário.
- e) Evasão e elisão tributárias são expressões sinônimas.

11) (UERJ - 2025 - Procurador da UERJ - Adaptada) Sobre o instituto da prescrição tributária, é correto afirmar que:

- a) o protesto extrajudicial interrompe o prazo prescricional.
- b) a ocorrência da prescrição não importa na extinção do crédito tributário.
- c) a efetivação da citação na execução fiscal interrompe o prazo prescricional.
- d) as normas gerais relativas à prescrição e à decadência em matéria tributária são reservadas à lei ordinária.
- e) a moratória interrompe o prazo prescricional.

12) (FAURGS-TJ/RS - 2015 - Titular de Serviços de Notas e de Registros - Provimento - Adaptada).

No que se refere à legislação tributária, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

- a) Os conceitos utilizados pela Constituição da República para outorgar competência tributária podem ser alterados pelo legislador do ente político que a titularizar, dada a sua autonomia tributária e financeira.
- b) O Código Tributário Nacional admite a utilização da analogia para a aplicação das hipóteses de incidência tributária a fatos juridicamente semelhantes àqueles por elas previstos, com vistas à promoção da igualdade.
- c) Leis expressamente interpretativas têm aplicabilidade retroativa, ressalvada a hipótese de prescreverem penalidade por infração dos dispositivos interpretados.
- d) O legislador ordinário pode estabelecer que multa tributária menos gravosa somente se aplique a fatos futuros.
- e) O Código Tributário Nacional utiliza as palavras “leis” e “legislação” como sinônimos.

13) (CESPE - 2017 - PGE-SE - Procurador do Estado - Adaptada) Uma certidão positiva com efeitos de negativa consiste em:

- a) documento administrativo que indica a existência de créditos inexigíveis ou que já estão garantidos.
- b) certidão judicial que indica a existência de créditos exigíveis e não garantidos, apesar de não servir para a comprovação de regularidade do pagamento de determinado tributo.
- c) certidão judicial usada para a comprovação de regularidade do pagamento de determinado tributo, ainda que indique a existência de créditos vencidos e exigíveis.
- d) documento administrativo utilizado para a comprovação da quitação de determinado tributo.
- e) certidão administrativa ou judicial que serve para a comprovação de regularidade do pagamento de determinado tributo e que certifica a existência de créditos exigíveis e não adimplidos, mesmo sem garantia.

14) (FGV/FISCAL DE RENDAS DA SEFAZ/RJ-2009) Com relação ao tema Obrigação Tributária, considerando a existência da obrigação principal e das obrigações ditas acessórias, analise as afirmativas a seguir:

- I. As obrigações acessórias extinguem-se inexoravelmente por força do pagamento do tributo, não havendo que se falar, assim, em penalidade por seu descumprimento.
- II. As obrigações acessórias convertem-se em obrigação principal no caso de sua inobservância no que diz respeito à penalidade pecuniária.
- III. As obrigações acessórias correspondem às obrigações de fazer e não fazer.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa II estiver correta.
- b) se somente a afirmativa III estiver correta.
- c) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- e) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

| Alternativa/ Questão | A | B | C | D | E |
|-------------------------|---|---|---|---|---|
| 1 | | | | | |
| 2 | | | | | |
| 3 | | | | | |
| 4 | | | | | |
| 5 | | | | | |
| 6 | | | | | |
| 7 | | | | | |
| 8 | | | | | |
| 9 | | | | | |
| 10 | | | | | |
| 11 | | | | | |
| 12 | | | | | |
| 13 | | | | | |
| 14 | | | | | |